

PAULA OLIVEIRA E SILVA, *Ordem e mediação – A ontologia relacional de Agostinho de Hipona*. Porto Alegre, RS: Letra & Vida, 2012, 314p.; ISBN: 978-85-65526-36-4.

Os leitores de língua portuguesa no Brasil têm agora o privilégio de contar com a obra *Ordem e mediação – A ontologia relacional de Agostinho de Hipona*, fruto de uma reformulação da edição integral da tese de doutoramento defendida pela Dr.^a Paula Oliveira e Silva na Universidade de Lisboa em 2005. Trata-se de um estudo exaustivo e muito bem apresentado pela autora envolvendo a noção de ordem na obra de Agostinho de Hipona, e a centralidade da mesma na tentativa de resolução de um problema filosófico fundamental presente em toda a História da Filosofia: “Se Deus existe e é supremo bem, como explicar a existência do mal? Se não existe Deus, como justificar a ordem do mundo?” (p.7).

Segundo a autora, a tentativa de resolução daquilo que chama ‘paradoxo da ordem’ por Agostinho de Hipona carrega a imensa responsabilidade da abordagem e revisão da própria ontologia, quando revela sua intenção de mostrar “que o ser não é, afinal, nem uno, nem múltiplo, mas relacional” (p.7). Sendo assim, encontramos na presente obra uma análise acurada acerca da compreensão daquelas questões que, ontem como hoje, perpassam a nossa constante busca pelo sentido mesmo da existência caracterizada pela experiência do mal e pela ordenação das coisas no mundo. Já na Introdução (p. 11-22) temos uma apresentação das linhas gerais abrangendo quatro aspectos fundamentais para a compreensão da obra: 1. A noção de *ordo*, no cerne da ontologia de Agostinho; 2. A trilogia ordem, ser, racionalidade; 3. Nem uno, nem múltiplo: a via da mediação; 4. Verdadeiros e falsos

mediadores. Trata-se de uma preparação para os seis capítulos, além de bibliografia e índice onomástico que compõem a obra, envolvendo: 1. Paradoxos da ordem (p. 23-39); 2. Ordem e cosmos (p. 40-85); 3. Ordem e *cogito* (p.86-159); 4. Da razão humana à essência divina (p.160-221); 5. Ordem e relação (p. 222-292); 6. Mediação (p.293-306). Embora entendendo as razões explicitadas pela autora acerca da ausência das partes mais diretamente consagradas ao problema do mal (p.7), sentimos falta desse conteúdo na presente edição; fato que nos faz recomendar vivamente a leitura da edição integral *Ordem e Ser. Ontologia da relação em Agostinho de Hipona*, publicada em 2007, pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, ISBN 978-972-8531-45-1. Trata-se de conteúdo riquíssimo, que encerra uma das mais profundas abordagens sobre o referido tema, além da maneira magistral de entender e apresentar a sua leitura dos originais agostinianos, característica marcante nos escritos da autora. Digno igualmente de nota é sua preocupação na leitura e compreensão da língua latina, expressa na manutenção das citações a partir das edições críticas em latim, privilegiando um encontro com as fontes principais capazes de conduzir a uma interpretação mais genuína do pensamento do Santo Doutor.

Fazer uma apreciação geral desta obra obriga a enfrentar o que a autora considera como “caráter problemático da noção de ordem” (p.13) que envolve no seu cerne a questão ontológica por excelência: “a explicação do modo como se relacionam plenitude e contingência, unidade e multiplicidade” (p.13). Necessário será, portanto, entender a análise agostiniana tendo em conta sua concepção de relação entre o ser humano, sujeito às vicissitudes de uma natureza que, carregando em si um desejo universal de felicidade convive com uma força capaz de aniquilar tal dinamismo, e o cosmos. Tal concepção vem contrastar com os posicionamentos dicotômicos construídos pelas correntes

maniqueísta e neoplatônica, levando Agostinho, segundo a autora, a assumir o desafio de uma terceira via que consiga solucionar o problema da ordem com base na relação entre Deus e o mundo, enquadrando a própria interrogação dicotômica: “como pode existir Deus e ele ser bom, e existir o mal?” (p.15). Tal investida é uma tentativa de atingir aquele ponto nevrálgico das grandes propostas filosóficas da antiguidade, ávidas por encontrar uma ponte mediadora capaz de transpor o abismo colocado entre a multiplicidade das formas e o princípio supremo da realidade. Em meio a um sem número de mediadores, investidos com função de salvadores, para a autora, “Agostinho irá mostrar a natureza do verdadeiro mediador, distingui-lo dos falsos ídolos dos pagãos, e esclarecer a função Dele, quer no plano da criação, quer no da salvação” (p.20). Será na elucidação da função do Mediador que se estabelecerá a relação entre o múltiplo e o uno, nas dimensões ascendente - aquela que parte das realidades criadas para o criador - e descendente - a que se refere ao movimento do princípio que assume a natureza humana com tudo o que de contingente e temporal comporta, para o mundo das coisas criadas. Para a autora, “Agostino insiste, contudo, que, ao fazer este movimento descendente, Deus não se degrada, não degenera, nem se corrompe na sua natureza. Inversamente, ele eleva à máxima expressão todas as dimensões de realidade que assume e com as quais convive, potencializando-as no ser e revelando o seu próprio sentido. De modo particular, a encarnação do Verbo elucida o mistério do sofrimento e da morte. Por conseguinte, é neste apogeu de proximidade entre Deus e a forma humana que se decodifica de modo pleno e derradeiro o problema da ordem” (p.21).

Na apresentação do Primeiro Capítulo - Paradoxos da ordem – é evidente a ênfase dada pela autora ao *De ordine*, escrito do período de juventude de Santo Agostinho, mesmo se considerarmos apenas o fato das vinte e oito notas referentes à referida obra em

um universo de quarenta notas no total. Com efeito, é no *De ordine* que, segundo a autora, “Agostinho equaciona, pela primeira vez em toda a sua obra, o conjunto de aporemas com que se enfrenta a razão quando quer equacionar a existência de um ser supremo e a evidencia do mal e de tudo quanto contraria o desejo de felicidade” (p.28). Essas questões são colocadas por Agostinho levando a cabo uma reflexão que se inicia com a percepção dos fenômenos naturais até chegar à aquisição da plenitude do saber. “Deste modo, a questão da causa da ordem dos fenômenos materiais transforma-se na interrogação acerca do conhecimento da razão oculta nos fenômenos e, em derradeira instancia, na pergunta sobre o que saber” (p.25). E é no *De ordine* que se chega à compreensão da universalidade da ordem, integrando bens e males, provocando um choque com a noção de um bem supremo. Tal questionamento acerca do estatuto da ordem conduz à reflexão sobre o seu primado ontológico conduzindo para a consideração acerca da “natureza do ser supremo e sobre o modo como este se relaciona com o mundo e com os homens” (p.27). Aqui podemos encontrar, ainda, as premissas para o desenvolvimento posterior da solução do paradoxo que abrange um grande número de questões complexas que fazem Agostinho reconhecer sua impotência e admitir, segundo a autora, uma única via capaz de conduzir a respostas que possam satisfazer, refletindo as influencias neoplatônicas do *regressus animae*: “só a partir do cume da verdade pode todo o filósofo digno desse nome contemplar, sem perturbação, as contradições da vida, e discernir o lugar que estas ocupam no conjunto dos seres, formando a harmonia da existência individual e cósmica” (p.30). Para a autora, já no âmbito da apresentação do Segundo Capítulo - Ordem e cosmos - será exatamente a partir da compreensão da metodologia platônica do *regressus animae*, que Agostinho iniciará a sua busca pela unidade fazendo uso da análise daquilo que pudesse salvaguardar um principio básico da ontologia, segundo o

qual uma realidade inferior não pode agir sobre uma outra superior. Com efeito, entendendo “a noção de ordem, num primeiro momento, como a disposição hierárquica dos seres, a metodologia que parte do inferior para o superior parece garantir o sucesso da investigação sobre esta noção” (p.47). A análise, desta feita, prioriza o relato autobiográfico de Agostinho no livro das *Confissões*, particularizando a referencia ao seu primeiro escrito *De pulchro et apto*, no contexto de suas inquietações acerca da causa do mal e da natureza do amor de amizade. Segundo a autora, é na sequencia de uma reflexão sobre o amor que encontramos uma referencia sobre essa obra perdida, que contem a matriz da sua compreensão acerca da beleza, entendida como “o efeito visível da harmonia pela qual subsiste o todo ordenado” (p. 41). Entretanto, temos que ter em mente que esta noção primeira de beleza está circunscrita ao domínio do corpóreo, onde toda a realidade é entendida como matéria e derivação de combinações materiais. Digno de nota a referencia feita pela a autora à análise sobre as fontes do *De pulchro et apto* desenvolvida por K. Svoboda, que aborda de maneira brilhante aspectos das fontes da estética agostiniana na referida obra (p.42). A relação estabelecida aqui entre beleza e ordem, padece, assim, de algumas lacunas apontadas ainda nas *Confissões*, e que são fruto de sua concepção de mundo materialista que inviabilizava a compreensão clara acerca da natureza do espírito humano. Isto será alcançado apenas com os elementos fornecidos pela leitura dos livros platônicos, possibilitando a perfeita “mediação entre as formas corpóreas e a inteligibilidade do bem supremo, tanto no plano epistemológico, ao analisar os diferentes níveis de conhecimento, como no plano ontológico, estabelecendo diferentes formas de apreensão do real com base numa noção de ordem entendida como disposição gradual de seres” (p.43). Será, ainda, partindo dessa concepção hierarquizada do real, de raiz neoplatônica, centralizada na causa

da racionalidade universal coloca na segunda hipóstase, ou *nous*, que Agostinho chegará ao Verbo. Para a autora, “é precisamente esta concepção do Verbo como principio de inteligibilidade presente no universo material que lhe permite postular a universalidade da ordem” (p.44). Mas, a grande luz advinda das reflexões levadas a cabo por Agostinho na referida obra só veio mesmo a ser alcançada quando conseguiu acercar-se da noção bíblica de criação, exigindo a concepção da existência de um principio único, capaz de dar origem a todos os seres.

No âmbito das análises da autora encontradas no Terceiro Capítulo - Ordem e cogito - percebemos em seu acurado trabalho, a tentativa de elucidar as questões referentes à árdua tarefa de compreender a natureza do mundo e do principio ordenador de todo o criado. Tratando-se da obra de Santo Agostinho, segundo a autora, temos um ponto fundamental capaz de nos elevar à compreensão do universo e da posição que o ser humano ocupa nele, expresso pela análise da mente humana (p.86) e pela possibilidade de se aceder ao princípio de todo o criado através das criaturas. Na hierarquia ontológica, o homem ocupa uma posição privilegiada por ser dotado de razão, sendo capaz de compreender a finalidade intrínseca da natureza e de si mesmo, no seio de uma totalidade mais abrangente. “O ser humano pode, por isso, não apenas compreender a ordenação dos seres, mas alcançar o conhecimento da própria ordem, colaborando na realização dela e do sentido que o principio supremo de realidade imprime no conjunto dos seres” (p.87). A reflexão permitirá uma aproximação com os diversos aspectos que compreendem a obra do hiponense, seja nas suas dimensões ética, metafísica, estética e antropológica numa interação que perfaz todo o percurso em direção da realização plena de suas expectativas acerca das relações entre o principio supremo e o ser humano, potencializando assim um discurso capaz de abranger todos os domínios da realidade. Para a

autora “na indagação acerca dos dois polos da relação, Deus e a alma humana, o filósofo procede ordenadamente, do inferior para o superior, ou seja, da razão para a inteligência do ser supremo. Este facto pressupõe o convencimento de que a realidade se manifesta segundo uma disposição ordenada de formas e de que o intelecto humano pode progredir no conhecimento dos seres, percorrendo cada um dos graus” (p.90). Encontramos uma abordagem que envolve o processo de conversão agostiniana, tal como é apresentado no livro das *Confissões* VII, 10,16 (p.92), culminando com a descoberta da natureza do ser supremo como verdade e análise dos desdobramentos em outras obras significativas: *De libero arbitrio*, *Soliloquiorum libri duo*, *De ordine*, *Contra Academicos*, *De immortalitate animae* e *De quantitate animae* (pp.92-101). A estrutura do composto humano merece um tratamento especial na obra com a exposição da concepção agostiniana e seus variados aspectos ao longo de sua obra (pp.102-117). Partindo das duas formas de conceber a estrutura psicossomática do ser humano presentes já no momento da conversão de Agostinho, que referem ao dualismo de carácter materialista da visão maniqueísta ou o platônico entre o mundo sensível e o inteligível, a autora enfatiza o fato da dificuldade da consideração acerca da união destas duas realidades na constituição do ser humano (p.102) e a preferencia do tratamento dado focado na totalidade do ser, ao invés de enfrentar as partes isoladamente. As definições da estrutura humana que encontramos na obra do hiponense, seja a que segue a definição dos Antigos que consideram o ser humano como um animal racional mortal, seja a que aponta para o ser humano como uma substancia racional que consta de alma e corpo, evidenciam, segundo a autora, “o facto de estar em causa uma alma racional, pois sem esta adjectivação a diferença específica não se acentuaria e o ser humano seria equiparado aos animais irracionais” (p.104). Depois de algumas

considerações sobre os motivos da união de uma alma a um corpo (p.105-116), encontramos uma conclusão referindo a amplitude da questão e de suas soluções. É que, “para o hiponense, uma compreensão da estrutura do ser humano não se resolverá nem no âmbito de uma psicologia racional, nem mesmo de uma antropologia, mas de uma meta-antropologia, ou melhor, de uma ontologia do ser humano. Desde esta perspectiva, o ser humano é entendido como uma forma específica de existência, dotada de corporeidade, pela qual se une ao universo dos *sensibilia*, e de espiritualidade, pelo qual tende ao mundo das realidades inteligíveis. Só na posse delas, com efeito, o ser humano alcança a sua máxima perfeição” (p.116). O que resulta da análise do ser humano vai direcionar a reflexão para o fato mesmo da relação entre as dimensões, corporal e espiritual, no emaranhado da vida. Como acentua a autora, “o próprio facto da corrupção do corpo humano é enigmático e motivo de indagação, pois a natureza dele, na sua união com a alma racional, tenderia a imortalizar-se, a espiritualizar-se, como ela. Por isso cabe interrogar por que razão o corpo se corrompe, em vez de progredir e se aperfeiçoar no sentido e na direção para onde a alma o atrai e dinamiza” (p.116). Aqui a autora toca o próprio cerne da interrogação que sempre inquietou Agostinho acerca do sentido da morte e da corrupção decorrente da queda original implicando na busca da compreensão do ser humano antes da queda original.

No âmbito do que se propunha Agostinho, explicar a relação entre a bondade do princípio e a existência do mal ou desordem no mundo, a autora aponta a sua tentativa de solução através três interrogações fundamentais: “se Deus existe, se ele é autor de todos os bens e se o livre arbítrio – dimensão da vontade mediante a qual o ser humano pode acrescentar ou diminuir densidade ontológica à própria forma – é um bem” (p.119). Esta consideração levará à análise da natureza humana no processo de conhecimento de Deus

com base na reflexão da razão sobre si mesma na sua própria atividade. Tal percurso conduzirá o leitor, guiado pela autora na sua análise do ‘cogito agostiniano’, à compreensão de que este “não se reduz a uma mera atividade da razão enquanto faculdade de julgar, dado que Agostinho considera a complexidade da estrutura do ato de pensar sem a reduzir à atuação da razão e fazendo-a resultar de uma interação com as demais funções da mente, em concreto a vontade e a memória” (p.123). Dada a insistência de Agostinho na totalidade do conhecimento que a mente tem de si mesma, vemos que a ênfase é colocada não na busca de si, mas da realidade que lhe falta, para a qual tende e que “consiste naquilo que é melhor, na forma que corresponde à noção ótima, pois é essa a que lhe falta para completar a sua perfeição específica. A identidade desta ausência revela-se à mente quando ela se descobre a si mesma como superior aos seres que vivem e, todavia, a si mesma se reconhece como expressão indigente de realidade, e não como a máxima expressão de ser. Só quando a mente humana se reconhece a si mesma através desta encruzilhada de graduação de seres, ela obtém de si um conhecimento ordenado” (p.130). E é na conexão que estabelece entre a natureza da ordem e o cogito humano que podemos encontrar aquela experiência limite de um ser que é capaz de buscar, para além de sua relação com o real o sentido da própria existência, pela avaliação das variadas formas de se a escolha daquele que melhor preenche seu desejo de plenitude. Para Agostinho, como enfatiza a autora, “para que se realize a ordem, a mente humana deverá tender àquelas realidades que reconhece como melhores. Por isso, quando avalia o real no exercício da *uera ratio*, descobre que o cogito e Deus são realidades onde se decide a dinâmica da ordem” (p.153).

Do exposto até aqui e já no âmbito do Capítulo Quarto – Da razão humana à essência divina – percebemos um caminho que aponta para o amago da relação entre a mente humana e o termo

superior ao qual ela tende irresistivelmente. Para a autora, aqui temos revelada a dimensão relacional, entendida quer na dinâmica das faculdades, quer na diferença absoluta que a separa da própria verdade (p.161). Temos, assim, uma análise que tenta mostrar tanto o processo ascendente, com início na alma humana tendo como termo uma noção suprema que leva à ideia de transcendência divina, como o itinerário descensional da alma em Deus por meio da memória (p. 177-198), considerada por Agostinho como função guardiã da relação essencial do ser humano com o ser divino, já que “à memória humana corresponde uma presença de Deus por imanência – *manens in me* – a qual garante a subsistência no ser” (p.197). O real é concebido a partir de uma estrutura relacional que integra a diferença na unidade do ser, expressão da essência suprema identificada como *trina unitas, uma trinitas* (p.199). Entretanto, não se pode esquecer a realidade da total dependência do real em relação ao Princípio, presente em todos os níveis ontológicos, acentuado na ontologia agostiniana, privilegiando o ser humano pelo fato de ser possuidor de razão.

O que vem assinalado no Capítulo Quinto – Ordem e relação – constitui a nosso ver, talvez a parte mais densa e, ao mesmo tempo mais bem elaborada da obra em questão, pelos desdobramentos contidos na sua abordagem acerca daquilo que constitui verdadeiramente uma “*magna quaestio*”: 1. O paradoxo da relação: unidade trina (p. 222-256); 2. No recôndito da mente (p. 257-276) e 3. *Deus creator omnium*: a universalidade da ordem (p. 277-292).

Santo Agostinho aparece como coração inquieto, depois como mente aberta e clara capaz de conduzir não a ideias vagas acerca da natureza, do mundo e de Deus, mas de nos elevar ao centro mais profundo da experiência com a Verdade. A obra *Ordem e mediação: a ontologia relacional de Agostinho de Hipona*, escrita com o pulsar de um coração que se aquietou depois de duras penas,

com certeza atingirá, também para os estudiosos e admiradores de Santo Agostinho no Brasil, o lugar que merece dentre os escritos de referencia acerca do pensamento do Bispo de Hipona. O brilhante trabalho da Dr.^a Paula Oliveira e Silva cujo intuito é construir a melhor maneira de explicar o "paradoxo da ordem", será de grande valia para os leitores brasileiros empenhados na tentativa de entender o estado presente sombrio e lançar uma luz capaz de iluminar o plano final da obra da criação de Deus.

MARIA CÉLIA SANTOS¹

¹ Universidade de Cariri-CE. E-mail: mariacelia@cariri.ufc.br